



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: CLAUDIO FONSECA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 05/05/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Boa tarde a todos e a todas. Com as presenças do Vereador Claudio Fonseca, na Presidência; e do Vereador Toninho Vespoli, do PSOL, declaro abertos os trabalhos da primeira audiência pública do ano de 2017.

Informo que esta audiência foi convocada em atendimento ao requerimento nº 9/2017, de autoria da Vereadora Isa Penna, do PSOL, para discutir a organização e o planejamento do Programa Vocacional e do Programa de Iniciação Artística, PIÁ; com a presença do Poder Público, dos Movimentos de Cultura, dos trabalhadores dos programas em 2016 e com a população em geral.

Informo que este evento está sendo transmitido pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br, no *link* Auditórios On-Line.

Foi convidada a participar desta audiência a Secretaria Municipal de Cultura. Indago se algum representante da referida secretaria está presente. A comissão me informa que efetuou o convite oficial à Secretaria e que até o momento não há representantes da Secretaria de Cultura.

Foi sugerido pelo Vereador Toninho Vespoli que componha a Mesa dos trabalhos o representante do Ministério Público, Dr. Eduardo Dias de Souza Ferreira. Indago se o Dr. Eduardo já se encontra entre nós. Ainda não. Também para fazer parte da Mesa os educadores do Programa: Sra. Carolina Nóbrega e Sr. Paulo Fabiano. Foram convidados mães e pais de estudantes do Programa também para compor a Mesa, por sugestão do Vereador Toninho Vespoli: Sra. Anne Rammi e os Srs. Pedro Borelli, Cristina Lucio Machado e o estudante Breno Andeatta.

Como informei, os representantes do Poder Executivo foram convidados. Não compareceram até agora, na medida em que chegarem, convidaremos para participar da direção dos trabalhos.

Em deferência à altura do pedido do PSOL de realização da audiência pública e tendo à Mesa o Vereador Toninho Vespoli; assim como eu, integrante da Comissão de

Educação; passo a Presidência dos trabalhos desta audiência pública ao Vereador Toninho Vespoli.

– Assume a presidência o Sr. Toninho Vespoli.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Boa tarde a todos e a todas e aos componentes da Mesa. Conforme a fala do Vereador Claudio Fonseca, à medida que as pessoas forem chegando, nós vamos compondo a Mesa.

Eu acho que a gente poderia – como a Mesa é um pouco extensa – dar sete minutos para cada um expor um pouco. O que os senhores acham? A problemática tanto da questão do PIÁ como do Vocacional é um debate que já há em toda a sociedade, mas eu acho que seria interessante escutar as pessoas da mesa, e aí, conforme for, de repente, o Poder Público chega e pega inclusive a fala de alguns. Tudo bem sete minutos? (Pausa)

Podemos começar com a Sra. Telma.

– Manifestações fora do microfone.

O SR. PAULO FABIANO – Sr. Presidente Toninho Vespoli, por favor, é Paulo aqui falando na mesa. Não seria interessante aguardarmos um pouco mais ou então tentarmos fazer um contato, para ver se eles vão estar presentes ou não? Porque todas as falas são extremamente importantes, para que o próprio Sr. Secretário ouça. São vários questionamentos que S.Exa. precisa dar resposta.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Vamos suspender os trabalhos só por uns dois minutos, porque vem uma pessoa da Secretaria Governamental, o Sr. Leoni, para falar um pouco sobre a questão do posicionamento do Governo.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Posso fazer uma sugestão? Eu acho que a Câmara Municipal, a Comissão de Educação acolheu o requerimento da Vereadora, para realizar a audiência pública. Com a presença ou não do Sr. Secretário, a audiência deve ser realizada. V.Exas. registram as posições e encaminham. Isso formaliza um documento com a ausência do Sr. Secretário, mas será encaminhado oficialmente pela Comissão de Educação o documento ao Sr. Secretário, do qual S.Exa. não participou. Eu acho que a gente não pode desperdiçar nem a oportunidade e nem a contribuição de todos que vieram para cá sobre a temática. Então, é por economia de tempo e por aproveitamento da oportunidade, que a Câmara Municipal, cumprindo o seu papel institucional, realiza uma audiência pública sobre os temas que foram sugeridos. Eu acho que é mais prático. Vamos ouvir. Ao final, há um documento que vai ser encaminhado ao Sr. Secretário. A ausência de S.Exa. é forte argumento para todos que estão aqui, para ainda fortalecerem mais as suas reivindicações. Então, a minha sugestão, como Presidente da Comissão, se o Plenário deliberar, nós não vamos fazer. Oras, fazer o quê? Mas eu acho que a gente não deveria perder a oportunidade. Aqui há dois Vereadores. Há aqui o Vereador Toninho Vespoli e eu, presidindo a Comissão. Eu acho que é uma oportunidade. Nós não podemos trazer S.Exa. à força, obviamente. Se houve algum ruído na comunicação ou não, nós vamos encaminhar o documento oficialmente da Comissão de Educação, que realizou a audiência pública.

Então, a minha proposta é que a gente vá à reunião. As pessoas inscritas falem, depois haverá o documento oficial. Se quiserem protocolar também junto à Comissão de Educação, protocolem. Para mim, como Presidente da Comissão de Educação, é muito importante ouvir todos aqui que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Há uma sugestão também, porque chegou agora uma informação aqui da Secretaria de Relações Governamentais. Entraram em contato com a Secretaria de Cultura e falaram que foi protocolado no dia 28, no dia da greve

geral, e aí não deu tempo. Segunda, feriado; e não deu tempo de chegar até o Sr. Secretário.

– Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Assim, pessoal, o Sr. Secretário de Cultura está se comprometendo que a gente marque uma outra data aqui e S.Exa. vir. Aí é uma decisão agora do coletivo. S.Exa. está se comprometendo de vir aqui. S.Exa. está pedindo desculpas.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente, por uma questão prática, o Sr. Secretário está se comprometendo a vir numa outra ocasião. Não vamos perder a oportunidade. Vamos trazer S.Exa., mas também não vamos perder esta oportunidade. Talvez quando S.Exa. vier, a Comissão de Educação vai definir data, porque precisa passar um outro requerimento pela Comissão de Educação, aprovar data, tudo bem. Da minha parte, como Presidente, nenhuma objeção em relação a isso, de realizar. Vamos buscar a participação. S.Exa. está se comprometendo, e talvez nós já tenhamos lá um documento já protocolado e uma oportunidade de debate com a sua presença. Nós não vamos descartar nenhuma coisa nem outra. O meu encaminhamento prático, concreto é que nós vamos à audiência pública de hoje. OK?

– Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – OK. Vamos retomar a Mesa. Então a gente faz esta e outra. Esta é a decisão coletiva.

– Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Toninho Vespoli.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Reabertos os trabalhos, vamos retomar aqui a mesa, compor a mesa novamente.

A primeira fala vai ser da Sra. Carolina Nóbrega.

A SRA. CAROLINA NÓBREGA – Boa tarde a todos. Eu vou improvisar a fala, porque acho que a gente havia se preparado, como coletivo, para fazer falas bastante direcionadas ao Sr. Secretário, e o fato de S.Exa. estar ausente muda bastante os rumos da plenária. Acho importante começar falando, registrando a sua ausência, porque me parece um desrespeito, independente das alegações, aos Vereadores da Casa, a esta comissão, a todos trabalhadores e a todos os cidadãos interessados na cultura e na educação pública na Cidade.

Então, eu vou improvisar. Peço para V.Exas. me ajudarem, porque talvez eu me perca, porque não estou com o texto pronto. Eu não sei quanto os Vereadores presentes estão cientes do processo de desmonte que está em curso em relação aos programas de formação cultural da Cidade de São Paulo.

Antes de qualquer coisa, é, sobretudo, frustrante a ausência do Sr. Secretário, uma vez que esta própria audiência pública já vem tarde. Ela foi pedida ao final de março, quando a gente se deparou com as notícias que anunciavam o desmonte de proporções muito grandes, e a gente chamou essa audiência, na expectativa de talvez servir como um instrumental para frear um processo de desmonte, que quando essa, a plenária de agora se instaura, o processo já se deu.

Então, acho que a função nossa aqui hoje é de outra ordem. E nos interessava muito pressionar o Secretário a responder perguntas que não retomassem o desmonte já executado, mas que apontassem para nós algumas respostas sobre quais são, afinal de contas, os interesses da atual gestão, as preocupações da atual gestão e os comprometimentos da atual gestão com a Educação e a Cultura públicas na Cidade de São

Paulo.

Digo isso porque, apesar da gestão o tempo todo dizer, que se mantém diálogo com a população, nada do que aconteceu até agora nesse processo foi feito de forma dialógica. Essa gestão nos comunica em cima da hora decisões já tomadas e de forma que não há tempo hábil para lutarmos contra elas para debatê-las e pensar outras soluções. Eles chamam de diálogo simplesmente o fato de anunciarem decisões pré-tomadas de forma pública, mas também são formas públicas feitas de última hora, sempre sem chance de formar um corpo de pessoas suficientes para debater as decisões tomadas.

Vou tentar dizer porque estamos desconsiderando o que está acontecendo no desmonte de proporções muito grandes. Em primeiro lugar, para quem não, acho que a maioria das pessoas que está aqui na Casa conhece bastante os programas de formação cultural da Cidade, mas são programas que nunca viraram projeto de lei e que resistem gestão após gestão pela força de trabalho e luta dos artistas que se envolveram nesses programas, seja como prestadores de serviço da Prefeitura, seja como usuários da política pública no território. São programas que contratam prestadores de serviços para a Cultura para atuar em formação cultural em equipamentos públicos da Cultura e da Educação em todas as regiões da Cidade, especialmente zonas periféricas marginalizadas para oferecerem trabalhos de formação cultural continuada, no caso do PIÁ para crianças de até 14 anos – de 5 a 14 – e, no caso do Vocacional, de 14 em diante, então pegando jovens, adultos e idosos.

A proposta dos programas não é uma oficina, não é dar um instrumental técnico pontual, que ofereça algumas ferramentas para a pessoa ter acesso durante um período curto, mas a oferecer um processo continuado de formação que ofereça uma base sólida para esse grupo de pessoas que entra em contato, sejam as crianças, os jovens, os adolescentes, os adultos ou idosos, para que tenham autonomia na lida com esses materiais para que eles possam, eles mesmo, caso se interessem em ser artistas, terem autonomia para continuar com seus próprios coletivos artísticos.

E se eles não têm o interesse em ser artistas, que o processo artístico sirva como fator de formação cultural sólida para a cidadania, para eles se entenderem como cidadãos autônomos, para entenderem o contexto em que estão inseridos, para eles conseguirem atuar de forma cultural, estética e política nos seus contextos de atuação. Ou seja, são processos que demandam tempo, demandam vínculos, demandam confiança e demandam continuidade.

Sempre tivemos contratações que foram ruins para a missão do projeto, porque exigiam sempre um edital anual e faziam com que os processos ficassem esburacados por meses, um ano depois do outro. Em 2015, por muita luta, consegue-se um edital bienal, que garantiria, pelo menos, que os artistas se preparassem, mesmo continuando tendo um buraco de contratação, se preparassem para dois anos continuados de atuação, o que era algo sem precedentes e que permitiu que as equipes criassem trabalhos mais sólidos que fossem ser perpetuados de um ano ao outro, entrando de forma mais vertical dentro das especificidades dos territórios em que estavam atuando. E a gestão, esse ano, baseada em inúmeros argumentos, que nós já estamos cansados de ouvir, sobre a questão orçamentária do congelamento e sobre um argumento legal, que eles dizem que foi uma falha no edital de 2015, decidiram não recontratar nenhum dos artistas que estavam atuando no programa no ano passado. E não apenas isso. Também decidiram iniciar os contratos, então rodando o edital de 2015, a partir do último contrato de 2016, ou seja, zerando toda a memória viva do programa.

Além disso, desmontando todos os processos que estavam em curso, além disso contratando menos da metade dos artistas para operarem só nos equipamentos de Cultura, e por contrato. Esses artistas novos que estão sendo contratados, estão sendo contratados por apenas três meses e meio, com promessas de prorrogação, mas feitas de boca, sem nenhum contrato formal.

Além disso, lançaram um edital novo para contratar os CEUs que até agora estão desatendidos, mas já dizendo que, caso isso aconteça, acontecerá as contratações a partir de agosto, ou seja, vão ser, no máximo, quatro meses de contrato também dos artistas que vão

ser contratados em CEU. Então, independente dos programas estarem, em teoria, sendo continuados, a proposta dele se torna absolutamente inviável, então eles desmoronaram uma memória de processo. Eles desmoronaram a possibilidade de, mesmo com os artistas novos, a própria missão do programa de continuidade, aprofundamento, amadurecimento, de processos culturais para a cidadania serem efetivados.

Portanto, queremos, aqui, perguntar para o Secretário, para essa gestão, se há algum compromisso em processos emancipatórios coletivos na periferia, ou se eles estão, de fato, objetivamente, impedindo que isso aconteça e não interessados nesse tipo de processo para a Cidade a partir de agora. Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Queria representar a presença da Vereadora Sâmia Bomfim e também do pessoal que chegou agora, gratos por colocar mais mesa também, e ainda o assessor da Vereadora Juliana Cardoso nos avisou que ela está chegando e virá compor a Mesa conosco.

Vamos escutar o agora o Paulo Fabiano.

O SR. PAULO FABIANO – Boa tarde a todos. Vou tentar dirigir essa minha fala especialmente aos Vereadores e àquelas pessoas que não conhecem, assim tão de perto, os programas.

Como artista, dentro do programa, fui artista orientador, fui também coordenador de equipe que seria, recentemente, o artista articulador e, desde o final de 2015, ocupei a função de Coordenador Geral do Programa.

Desde 2012 que o corpo do programa vem se articulando para construir mecanismos dentro da instituição Secretaria Municipal de Cultura para garantir e para preservar os elementos que são fundamentais desses dois programas: o Vocacional e o PIÁ.

Constantemente temos dificuldade de chegar ao entendimento, seja nessa Casa,

seja com o Gabinete, e especialmente esse que nem sequer nos recebe, sobre o que significa continuidade. Se os senhores pararem um instante para ler o texto que inicia o Plano Municipal de Cultura, tem lá uma fala que defende a necessidade de se construir mecanismos, como o próprio Plano Municipal de Cultura, leis que protejam processos continuados, pois isso é o que caracteriza uma proposta de política pública para a Cidade, e que se enraíze e que permaneça, que dialogue com a Cidade que tem múltiplas faces, e são muitas.

Desde 2012, esse corpo de artistas vem trabalhando para construir tais mecanismos, porque, aqui, é importante dizer para quem não está ligado a processos artísticos, e não nos acompanha, entender uma grande dificuldade que existe entre lidar com processos vivos, dinâmicos, que são processos artísticos, de criação, e processos como os programas de formação, que são únicos no País, que respeitam a dinâmica da Cidade, que respeitam e se atualizam constantemente, que vivem um processo de reflexão continuada para estar sempre presente e acompanhando o movimento da Cidade.

Então esse elemento que é fundamental desses processos que são artísticos, como, por exemplo, em leis como o fomento, os processos de grupos e coletivos, o VAI, em que a característica da pesquisa, a característica de uma busca constante é fundamental. Esse elemento de continuidade precisa da relação das pessoas, precisa da memória, precisa que se organize e permaneça. Isso cria a potência e verticaliza os processos dentro da Cidade, em respeito às pessoas, em respeito à Cidade.

O Secretário constantemente que não está aqui, está ausente, esse Secretário, constantemente, tem dado respostas seja em matéria, seja mesmo publicamente, colocando-se, assim, indignado diante dessa nossa fala, dessa colocação, a respeito do desmonte da Cultura. Procura descaracterizar elementos fundamentais que são de uma luta histórica dos artistas dessa Cidade que, há mais de décadas, mais de duas décadas, estão trabalhando para consolidar políticas públicas, que são necessariamente processos continuados.

E o Secretário procura descaracterizar, assim desrespeitando todos nós numa

atitude de desrespeito com o processo histórico que vem sendo trabalhado arduamente há anos para que se construa um espaço realmente de respeito com aquele que produz, com aquele que pensa. E, assim, ele tenta descaracterizar e nos colocar – e colocar a todos – como se estivéssemos sempre disputando um espaço de trabalho, apenas isso, como se fosse um movimento corporativista. É assim que eles falam, é assim que nos colocam constantemente, descaracterizando o que, de fato, é importante nesses programas e nas leis que foram construídas até aqui.

Assim, por conta disso, tivemos um trabalho longo discutido coletivamente, com muitos momentos de reflexão e crítica para construir esse edital bienal que, obviamente, é legal, porque se não o fosse, ele não teria sido publicado, as pessoas não teriam se inscrito nele. E legal é que o Secretário está fazendo com o fomento à dança, por exemplo.

Então, justamente com isso, foi construído um processo longo também, bastante discutido, para elaboração de um Projeto de Lei que dê garantias e assegure os elementos essenciais, fundamentais, para esses programas de formação. Esse Projeto de Lei está aqui nessa Casa, passou pela primeira comissão e deve continuar. Deve-se lutar para que ele seja votado e para que ele exista, para garantir, pelo menos, mais esse mecanismo. O que há de desajuste entre a realidade e o mecanismo da instituição. Uma instituição precária como a Secretaria de Cultura não dá conta da dinâmica viva desses programas e nem dos processos artísticos, e nem da singularidade de processos de criação na Cidade. Portanto, é preciso construir mecanismos que permitam que essa vitalidade, a dinâmica e as singularidades... Que elas permaneçam, que elas existam.

O projeto de lei eu trouxe aqui, o Secretário constantemente diz também, com essa sua falação a respeito de corporativismo e tudo o mais, fala da necessidade de renovação. No projeto de lei, que é o 461, que está aqui nessa Casa tem nele um item que garante ali, uma renovação de 30%. O ano passado, houve, dentro do programa uma renovação de 40%. Não há como esse Secretário ficar se apoiando nessas questões para justificar as atitudes que ele

está tomando. Ele disse, ele mesmo declarou, que se trata apenas de posicionamento político. Ele pode, se quiser, revogar suas decisões e retomar o processo.

Quero concluir que é uma infelicidade estarmos aqui tentando convencer o Secretário ausente, ou por algum meio que isso chegue a ele. Tentar convencer constantemente a necessidade, por exemplo, de aumento de orçamento na Secretaria. Há necessidade de manutenção desses programas assim como eles têm sido executados anos a fio. Por conta do enorme desrespeito que esse Secretário tem demonstrado, os artistas todos desta Cidade e, por extensão a Cidade..., por extensão ao processo histórico que construiu esses programas de política pública que transformaram a Cidade nessas últimas décadas.

É uma pena, mas o Secretário pode, se quiser, revogar os seus atos e colocar o trem nos rumos e nos ouvir, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Anuncio a presença da Vereadora Juliana Cardoso.

Tem a palavra a Sra. Telma, do PIÁ.

A SRA. TELMA – Boa tarde a todas e a todos.

Eu sou Telma e trabalhei, nos últimos três anos, no Programa de Iniciação Artística, no PIÁ, primeiro na Vila Nova Cachoeirinha e, depois, em Perus/Jaraguá e, por fim, somente no Jaraguá.

Parece que existe uma falta de entendimento muito grande sobre o que seja formação, da parte do Secretário e dessa Comissão que compõe a Secretaria Municipal de Cultura, bem como uma falta de entendimento muito maior sobre o que é criança e sobre o que é adolescente e sobre as necessidades e todas as particularidades de nosso trabalho. Como precisa ser sofisticado o nosso trabalho. Então, eu trouxe alguns exemplos bem pontuais e reais.

No último ano, trabalhei... Oitenta por cento das crianças do PIÁ da Escola Fontenelle, no Jaraguá, eram crianças moradoras de abrigo. Crianças que foram morar em abrigo porque passaram por violência física, psicológica, sexual, drogadição, enfim. E saíram, às vezes, muito pequenas de suas casas e foram morar no abrigo e estudavam nessa escola e participavam do PIÁ.

Eu trabalhei com essas mesmas crianças e nesse mesmo espaço em projetos de arte fora do PIÁ, porque eu também sou professora de dança. E esse espaço tem, além de aulas de dança, tem aulas de circo, de teatro. Eu nunca vi essas crianças conseguirem ficar em uma dessas aulas/oficinas. E no PIÁ elas não só ficavam como protagonizaram, como tomaram conta do PIÁ. Esse programa foi um lugar de muito afeto e elaboração para essas crianças.

Eu saí de lá, em dezembro, falando: “Eu volto”, e não voltei. Então, vocês imaginem o que é para uma criança que viveu em uma história de tanta lacuna e de tanta ruptura, de tanta perda, mais uma coisa! E, por esse motivo, essa escola, este ano, não aceitou o PIÁ. A escola não aceitou o PIÁ porque ela pensa nessa criança. Diferente da Secretaria Municipal de Cultura.

Um pouco antes dessas crianças, eu trabalhei com criança, no PIÁ, com Síndrome de Down. Eu demorei muito tempo para entender o que a criança falava. E a criança começou a falar através de brincadeiras, através de desenhos, através do corpo, através do espaço. Em pouco tempo, entendíamos o que ela falava. Mas, para essa criança se apropriar de arte, para essa criança se apropriar da subjetividade da arte – a ponto de ter o acesso que lhe é de direito à arte, porque estamos falando de inclusão há décadas –, isso foi muito mais demorado.

Então, eu acho que, quando estávamos brigando pela bienalidade, foi pensando nessas crianças e foi levando essas histórias.

A gente começou um processo muito interessante, mas a criança, na hora em que ela está usufruindo acaba. Então, o programa deveria ser bienal, e foi essa nossa luta.

No mesmo ano, no PIÁ, tivemos a presença de crianças autistas e com um monte

de outras questões, em todas as equipes, em todos os equipamentos.

No Vocacional, a mesma coisa. Se pegarmos o mapa da violência, em relação ao adolescente, teremos um número, infelizmente, assustador. E eu ouvi vários casos de adolescentes, que estavam no Vocacional, enfrentando problemas como homofobia, racismo na escola, assédio, violência doméstica. E por que essas questões aparecem no PIÁ e Vocacional? Porque tem espaço, e, às vezes, a escola não tem.

A pergunta que eu queria deixar hoje, para o André Sturm, e eu reitero que ele não está e tomara que as nossas questões cheguem... Sou educadora e tenho esperança. Tomara que cheguem nele as questões... Quanto tempo ele acha que uma criança severamente traumatizada precisa para confiar em nós, adultos, de novo? Para, pelo menos, confiar em nós, de novo, a ponto de usufruir desse direito dela, que é o direito à formação e iniciação em arte e ao Vocacional? Quanto tempo uma criança, que tem necessidades especiais... Falamos tanto de inclusão... Mas quanto tempo que uma criança com TDAH, uma criança autista, uma criança que tem um transtorno de linguagem, precisa e merece... Vamos pensar, quanto tempo ela merece para usufruir de uma formação artística ampla, verdadeira? Quanto tempo um adolescente, que está sofrendo, por exemplo, *bullying*, ou todas as questões que eu já citei, precisa para se identificar com outras pessoas? Formar grupo, formar voz, encontrar uma linguagem que ele diga: “Opa, é minha. Acho que aqui eu me expresso. Acho que aqui eu posso. Acho que aqui eu consigo”. E consiga se beneficiar disso como lhe é de direito? Quanto tempo?

Eu gostaria que a Secretaria e o André Sturm nos desse esse tempo em números. Foram-me exigidos, muitas vezes, números a respeito de questões muito subjetivas, e suamos muito, conversamos com mãe e não sei o quê, e acabamos trazendo uma devolutiva.

Eu gostaria de números: dois meses, três meses, dois anos. Porque, nós, para defendermos a bienalidade, chegamos nisso: “Precisamos de, pelo menos, dois anos”. Nós sabemos do que precisamos e sabemos fazer PIÁ e sabemos fazer Vocacional. Então, com

peessoas que não sabem fazer PIÁ, com pessoas que não conhecem essas crianças e esses adolescentes, que não sabem fazer Vocacional, dois meses, três meses, quatro meses, quanto tempo precisa? Será que, então, algumas crianças... E essas minorias são a nossa maioria na periferia. Quem anda pela periferia sabe que as minorias são a maioria das crianças. Será que Arte e Educação são só para quem está no mundo das ideias? É só para essa criança ideal? Como será que ele pensa... Qual é a imagem da criança, que ele pensa, que atendemos? Quando ele fala, por exemplo, que estamos lutando por nosso “empreguinho”... Interessante essa palavra.

Era isso. PIÁ e Vocacional resistem e nós estamos em luta, não vamos parar. Espero que tenhamos essas respostas.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – À Sâmia, à Juliana e àqueles que chegaram depois: o Secretário não pôde vir, ou falou que não recebeu o aviso a tempo, mas está se comprometendo em vir aqui em uma outra audiência. Então, vamos remarcar outra. E tem o apoio, inclusive, do Presidente da Comissão, Claudio Fonseca.

Agora, vamos escutar...

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Pela ordem, Toninho.

De repente, poderíamos enviar... Uma sugestão: de enviar as notas taquigráficas, que são o registro oral de todo mundo, para ele, para que, na próxima vez que venha aqui, já ter todas as perguntas e pontuações que foram feitas. Para que ele já venha com uma resposta, já que ele não está aqui hoje, já que era para ele responder agora, ele responde quando vier. É só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Claudio Fonseca já havia dado essa

sugestão. Acho que houve uma deliberação, aqui, coletiva. Entendi assim. Então, vamos isso.

Tem a palavra a Sra. Anne.

A SRA. ANNE – Breno, se você me permitir falar na sequência da Telma, eu adoraria, porque o meu gancho é esse mesmo, eu sou mãe e vim aqui como mãe.

Tudo bem?

– Manifestação fora do microfone.

A SRA. ANNE – Eu sou Anne. Sou mãe de três crianças municipais, aqui, de São Paulo. Este é o Pedro, meu marido, e fala já-já, e ele é o pai das três crianças.

Somos pais da EMIA – Escola Municipal de Iniciação Artística – uma família grande e entusiasta da educação pública. Todos os meus filhos estão em escolas públicas – tem uma aguardando vaga. Um deles, inclusive, o do meio, é aluno de uma colega sua.

A minha fala, hoje, era outra, mas muito tocada pela fala da Telma – e tocada mesmo, mexida –, quero apelar para a Constituição brasileira, artigo 227: prioridade absoluta, né. Criança é prioridade absoluta. E nós, como adultos, temos feito um trabalho sofrível na representação dos direitos desses pequenos.

Não há teórico, pedagogo, educador, corrente de Pedagogia, no mundo, que não entendam a arte, a formação artística como um pilar fundamental da educação dessas crianças. Loris Malaguzzi fala em “cem linguagens”. As crianças são compostas de cem linguagens. PIÁ, Vocacional, EMIA dão conta de uh... Quantas delas?

A escola formal, para as crianças, hoje, especialmente na educação pública – e em pior estado, a Educação do Estado –, tem feito um trabalho muito dolorido.

E eu trago um relato pessoal: o meu filho, que está na EMIA, o filho mais velho, ele tem sete anos e está no segundo ano do Ensino Fundamental, quando ele foi mudar de escola, ele já estava na EMIA e eu entrei em um dilema. Ou eu colocava-o no Ensino Municipal, que

tem qualidade de ensino melhor, muito melhor, ou colocava-o em uma escola estadual. Se ele fosse para a escola municipal, ele perderia a EMIA... Se ele ficasse no Municipal, a escola municipal era integral e ele não poderia mais frequentar a EMIA. Hoje, ele frequenta uma escola estadual. É dolorido! Não é uma escola boa. O menino vai e aguarda, todos os dias da semana, a sexta-feira, dia em que ele vai para a EMIA. E isso porque aquele é um espaço de liberdade, é de vínculo, é de Arte, é da língua em que ele fala. E é da língua em que todas as crianças, desta Cidade, deveriam poder falar. Não existe aprendizado sem vínculo.

A ideia de transformar esses programas de formação em oficinas para constar nos folhetos, nas publicidades, é de uma atrocidade com essas crianças, é de uma crueldade com as crianças da periferia, com as crianças que são minhas, que estão nas zonas privilegiadas, e com todas elas. Eu não entendo porque, como sociedade, a gente está relatando isso. Sério mesmo, Vereadores. É tão frustrante. A distância entre o que se sabe e o que se faz é tão grande... Eu posso invocar todos os filósofos, todos os educadores, e ninguém concordaria com o que está sendo feito com a Cultura na Cidade de São Paulo e no Estado também. A gente teve a oportunidade de falar com o André Sturm no começo do ano; também vim a uma audiência pública convocada pela ALESP, em razão do congelamento da verba, que impediu o funcionamento da EMIA por quase dois meses no começo do ano. As falas e a prática nunca coincidiram. Ele prometeu diálogo, ele prometeu espaços, ele prometeu que o projeto seria preservado. A EMIA, hoje, se recupera de um grande tornado que passou pela escola no começo do ano, e só sobreviveu porque há vínculo, porque há amor, porque essas famílias são apaixonadas por esse projeto, as crianças são apaixonadas por esse projeto.

Eu até me emociono, e me desculpem, porque eu não acreditava que nós, como pais, mãe, estamos fazendo esse trabalho horroroso com as crianças; os legisladores estão fazendo um trabalho horroroso com as nossas crianças. Eles merecem mais, eles não podem ficar com essas migalhas que estão sendo dispostas para eles. São migalhas. Enfim, vou tentar me controlar aqui. (Voz embargada)

Todo mundo sabe do poder transformador da arte; e é o que me faz pensar que realmente é o que os políticos que não estão comprometidos com a manutenção, a ampliação e o fomento de todos esses programas, inclusive como exemplo da rede da Educação. Meu sonho é que tudo que acontece de maravilha na Cultura pudesse inspirar a Educação, e que tivéssemos uma qualidade de ensino superior e incrível como vemos na EMIA e nos modelos antigos do PIÁ e do Vocacional.

Gente, eu quero pedir encarecidamente a vocês todos, tomadores de decisão, que reduzam a distância entre o discurso e a prática. Está tudo escrito. A nossa Constituição protege nossas crianças; elas merecem. Os artistas e educadores são profissionais que de fato trabalham nesse poder transformador; os nossos políticos sabem desse poder transformador. E quem está contra a arte na Cidade de São Paulo o faz exatamente porque tem noção de que a arte promove a emancipação do ser humano. A EMIA é cheia de relatos. Você encontra gente que é aluno, pai de aluno que é ex-aluno e até avós que são ex-alunos. É uma escola de 1980. Essas pessoas se tornaram advogados, médicos e todas as outras carreiras possíveis, e nem por isso a formação artística não foi importante na vida deles. São pessoas sensíveis, você reconhece; são pessoas diferentes, são pessoas justas, éticas. Eu não estou inventando aqui, não. E é exatamente por isso que hoje chegamos à conclusão de que o legislador, alguém do Executivo que está contra o poder da arte, que vai à contramão de todo o discurso, tem consciência desse poder que a arte tem de transformar a sociedade, desse poder de fazer mais felicidade, mais justiça social.

Meu apelo é esse. Pelo amor, revejam-se.

Obrigada, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Agora vamos escutar o pai, o Sr. Pedro.

O SR. PEDRO BORELLI – Boa tarde, pessoal.

Que nem todo mundo, a gente tinha uma lógica para seguir. A gente veio aqui com a função primária como pais de alunos da EMIA de falar bastante sobre a resistência. Existe o movimento A EMIA Resiste – acho que todos vocês estão familiarizados com o nome, inclusive. Somos parte, desde o início, disso. A gente vem, há algum tempo, tentando, com todas as nossas forças, o simples ato de exercer a nossa cidadania. E a gente encontra barreiras atrás de barreiras. Não desistimos e não desistiremos, e depois da gente virão outros.

Quando soube que a Secretaria não viria, a primeira coisa que eu me lembrei foi de uma outra reunião da qual eu participei esta semana e que discutia de uma outra pasta da Prefeitura o aumento de velocidade nas marginais, onde a Secretaria também não apareceu na audiência pública. Lá a desculpa foi outra: o Presidente da CET estava numa viagem internacional repentina, e o Secretário não poderia vir, porque o Presidente da CET não viria. Aí me veio à cabeça que isso é um equívoco, sem dúvida, para que a democracia aconteça como deveria acontecer, mas que não é um engano. E aí eu peço licença, porque eu me lembrei de um texto que eu escrevi em fevereiro, logo depois de tomar conhecimento do que estava acontecendo com as Casas de Cultura, e é um texto que poderia ter sido escrito hoje. E eu espero que ele não possa ser escrito daqui a três meses ou no final do ano. Vou ler para vocês.

“É um equívoco, não é um engano, sucatear para vender é um projeto tucano.

Tirar gente das ruas, dar mais moral para o carro, afastar pobre do Centro.

Acende aí um cigarro.

É um equívoco, não é um engano, sucatear para vender é um projeto tucano.

Nas reuniões eu apareço fingindo que eu escuto, Cultura não tem preço, congelaram, eu estou de luto.

É um equívoco, não é um engano, sucatear para vender é um projeto tucano.

No começo parece lindo CLT sem falcatrua; conforme o tempo vai indo galera para o olho da rua.

O clima fica aquele: não olha para o lado e nem tosse.

Ocupa, baixa a PM, reintegração de posse.

Como é que pode se o espaço é público? Não tem noção, amigo, não ferra, vai sair de camburão.

É um equívoco, não é um engano, sucatear para vender é um projeto tucano.

Nosso Prefeito não é galã, mas leva jeito para ator, é um Prefeito creme de avelã que finge ser trabalhador.

O Secretário de Cultura já deixou o alerta: “Boa sorte no teatro, pessoal. Merda”.

Infelizmente, isso poderia ter sido escrito agora. Infelizmente. Na EMIA, depois de muita luta, a diretora imposta pela Secretaria, desrespeitando o processo democrático que lá acontecia, pediu para sair, e foi indicado um professor para virar diretor. Acho que todo mundo sabe disso. Não aconteceu um processo democrático, foi novamente uma indicação imposta pela Secretaria. Mas, nessa nossa crença de estabelecer um diálogo, o Antônio foi acolhido de braços abertos, o clima melhorou e a gente vem trabalhando para seguir resistindo. Sabemos que não podemos desistir. É em defesa do óbvio – a gente fala isso, ouve isso, recorrentemente, porque é isso que estamos fazendo. As crianças não vão aprender a respeito das linguagens artísticas sem um estabelecimento de vínculo. O que está acontecendo no PIÁ e no Vocacional muito nos comove, e a todos lá.

Muitos gostariam de estar aqui, hoje, juntos, para mostrar apoio ao PIÁ e ao Vocacional, e, infelizmente, não puderam. Porque sabemos que o que está sendo feito é uma manutenção das marcas – “vamos manter os nomes, e os projetos, assim, continuam, e vamos destruí-los de dentro para fora”. O que aconteceu recentemente com alguns de vocês que foram ler uma carta e foram recebidos pela Guarda Civil Metropolitana na Secretaria da Escuta. Não precisa dizer mais nada, a gente sabe onde está.

Então tem que ficar registrado que o Secretário não veio. Estamos dizendo para vocês que acreditamos muito que é fundamental, e ninguém está pedindo cabide de emprego,

mas é óbvio. E, principalmente, na periferia, porque vamos abandonar mais uma vez o jovem periférico. Como sociedade, nós vamos colher esses frutos, e não vamos gostar do resultado. E não vai demorar. Infelizmente, já estamos seguindo o que já vimos seguindo em outra esfera com a chamada Reforma do Ensino Médio, onde, daqui a pouco, só se ensina a apertar parafuso. Mas não somos robôs, ninguém aguenta muito tempo.

Então fica a minha fala mais como um desabafo mesmo, o apoio de todos os pais que representamos na EMIA. Contem conosco, contem com o time de professores também. Estamos juntos. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Vamos escutar o Breno agora. Mas as pessoas que quiserem se inscrever para falar se dirijam ao canto, à esquerda de vocês.

O SR. BRENO ANDEATTA – Boa tarde. Eu sou vocacionado. Na verdade, a minha fala era bem direcionada mesmo à Secretaria de Cultura, para saber uma resposta.

Vou conduzir meu discurso tomando o gancho até de uma pergunta que a Telma fez, sobre quanto tempo demora em se criar esse vínculo, essa confiança, para se conquistar esse espaço.

Eu sou de um grupo lá da periferia da zona Norte, do Vocacional, e nós temos uma pesquisa sobre identidade de gênero. E aí a gente ficou por dois anos com o mesmo orientador. E foi o tempo que a gente conseguiu criar uma relação, criar um vínculo com ele, para tratar desses assuntos que são não só do nosso grupo, não só do nosso coletivo, porque socialmente falando são questões delicadas, não tão fáceis de serem tratadas assim. E demorou um tempo para isso ser conquistado, demorou um tempo para chegar até lá. Por exemplo, a gente tem um menino da nossa companhia que é transexual, e o pai dele batia nele, agredia ele constantemente, e ele teve que se mudar para o Ceará. E para isso a gente teve que fazer encontros via Skype para conseguir trazer ele para perto, para ele não ser

esquecido, para ele não ser jogado, deixado de lado. E essa relação se construiu com o tempo, e não foi uma relação fácil de ser construída. E, hoje, com esse desmonte, isso tudo se perde. E o que eu posso falar é dessa relação que eu lembro. Eu só consigo falar agora de lembranças que eu tenho dessa relação, porque o programa foi desmontado. E pense no que é um grupo da periferia. Eu não estou fazendo Vocacional de novo porque eu moro perto da periferia mesmo, e os acessos que eu tenho à Cultura, à arte, perto de onde eu moro, é CEU, e não tem Vocacional no CEU. Ou seja, novamente, o menino da periferia é deixado de lado, as pessoas da periferia são deixadas de lado.

Deixando já minha pergunta: como é que essa Secretaria pensariam em dar conta desse rombo que foi feito, dado esse desmonte, para companhias, grupos que pensam essas questões LGBT, que pensam todas essas questões? Como vai ser daqui para frente, dado esse desmonte, para companhias, grupos, que pensam essas questões LGBT, como é que isso será daqui para frente, dado que não tem mais relação? A gente teve que interromper o nosso processo com o artista orientador, porque é trabalho escravo ele orientar a gente e não receber, então não tem como ter uma continuidade com esse artista. Isso é muito grave, é muito sério, é triste também, é difícil de saber que isso acontece não só no nosso coletivo, mas em outros lugares também.

Portanto, o que será feito para preencher esse rombo, essa lacuna que ficou? Como isso se dará daqui para frente? E não falo só das questões LGBT envolvidas nisso, mas outras questões que estão envolvidas nisso. Essa pesquisa continuada com esses artistas trazia várias questões, das quais a gente conseguia dar conta e ir atrás, criava relação, criava vínculo de afetos mesmo, e construía as coisas a partir desse vínculo, que hoje não existe mais. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Sras. Juliana e Sâmia, a gente achou melhor escutar as pessoas, primeiro, e depois a gente fala.

A Sra. Anne e o Sr. Pedro falaram uma obviedade. Sempre falo para os meus assessores que o óbvio, infelizmente, nem sempre é o óbvio, ainda mais nas nossas instituições: no Judiciário, no Legislativo e no Executivo. Essa é uma frase que uso cotidianamente.

Tem a palavra a Sra. Cissa, do PIÁ.

A SRA. CISSA – A fala já está pronta. Peço silêncio, por favor.

– Apresentação audiovisual.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra a Sra. Lígia, do Vocacional.

A SRA. LÍGIA HELENA – Meu nome é Lígia Helena. Fui artista orientadora do programa Vocacional durante quatro anos. Nos últimos três anos, orientei no CEU Rosa da China, na zona Leste. Durante aquele período, tive contato com algumas garotas e, juntas, formamos um coletivo de teatro feminista chamado *Calcinha de Veia*, que só se formou porque estive três anos com elas. Mas não é sobre isso que vim falar.

Vim falar sobre uma ação que aconteceu no Vocacional, ano passado, e que também só aconteceu porque estive três anos com elas, porque outras artistas orientadoras estiveram três anos com outras elas, porque outras artistas educadoras do PIÁ estiveram três anos com outras elas.

No ano de 2016, antes mesmo do início do programa Vocacional, artistas orientadoras se reuniram para buscar soluções para uma questão que só foi possível detectar, a partir dos processos de continuidade de atuação dessas mulheres nos equipamentos: a necessidade de criação de uma rede de apoio a meninas e mulheres que sofriam violências de

gênero das mais variadas formas e que eram atendidas pelo programa.

Em um processo de formação artística, que pressupõe horizontalidade, construção de vínculo de afeto, as participantes encontram liberdade para tocar em assuntos, dos quais não se sentem livres para tocar em nenhum outro espaço. No caso da violência contra as meninas e as mulheres, a culpa pela agressão sofrida é historicamente construída como delas, além do medo de que a denúncia possa gerar novas agressões.

Formamos o Vocacional Mulheres: grupo de trabalho que articulou ações de formação e artísticas com o intuito de construir uma rede de apoio que se estruturasse, desde o atendimento pelo próprio artista orientador e orientadora, até o acesso às políticas públicas para as mulheres.

Com artistas contratados e contratadas, fomos atrás de mapear e oferecer estruturas judiciais, espaços de acolhida, discussões sobre o diálogo com a menina e a mulher violentadas, desde a primeira percepção de uma situação de violência até o momento da denúncia em seu acompanhamento.

A partir dos processos artísticos do próprio programa, geramos encontro entre as vocacionadas e vocacionados que proporcionaram espaços de afetividade, de vínculo, para romper as barreiras das lógicas machistas que os aprisionavam.

Aos poucos, conseguimos acessar de forma mais profunda e atenta situações vividas por meninas de diferentes regiões da Cidade e estávamos construindo uma via de empoderamento, muitas vezes, não acessada pelas áreas da Educação e da Saúde. Acompanhávamos casos específicos de meninas que vinham encontrando acolhimento e coragem para denunciar, casos estes a que nenhuma instância pública havia tido acesso e que levantariam a indignidade de todos aqui se fossem narrados na íntegra. Não faço isso por questão ética e pelas meninas.

Apoiadas pela estrutura da Secretaria de Políticas Públicas para mulheres e extinta por este governo; apoiadas pelo Conexão Mulheres, um grupo intersecretarial para as

questões de gênero, estávamos num processo nunca visto antes nos programas de formação cultural desta Cidade de construção de uma política pública intersecretarial e capaz de atender as cidadãs de forma completa em todas as suas necessidades.

Todo o trabalho articulado pelo Programa Vocacional Mulheres, todo o trabalho, perdeu-se com a não contratação dos artistas e das artistas envolvidos nele em sua integralidade. Essas meninas seguem sozinhas. A orientação não chegou aos equipamentos da Educação; e, se chegaram, chegarão por quatro meses.

Nem mesmo nos equipamentos da Cultura, as vocacionadas têm encontrado espaço para tocar no tema gênero, que vem sendo tratado como algo secundário por esta Secretaria e por este Governo. Os espetáculos desses coletivos feministas que foram criados dentro do programa foram negados pela Casa de Cultura este ano, mesmo com o intuito de se apresentar voluntariamente. Por quê?

Sr. Secretário da Cultura André Sturm tinha ciência do trabalho que vinha sendo realizado? Consegue medir o impacto que as recentes atitudes da Secretaria causaram na vida das inúmeras jovens, mulheres, vítimas da violência em zonas de vulnerabilidade social da Cidade? Como, a partir de agora, essa Secretaria se responsabilizará pelo oferecimento de políticas públicas de formação cultural que venham a auxiliar mulheres vítimas de violência? Lembrando que as violências são muitas, muitas, muitas.

Vou ler um texto produzido pelas vocacionadas, que precisei de três anos para construí-lo com elas. É um texto do coletivo *Calcinha de Veia*:

“Mulher vive na regra

Sangra à regra

Se jogar no chão, quebra

Se pisar, se corta

Maluco, como corta

Mulher vive na regra

Caga na regra

Se esculacha e berra:

Quer guerra, quer guerra,

Pelo direito, fêmea!

Quer guerra, quer guerra,

Pelo direito, fêmea!

Quer guerra, quer guerra!

Cala a boca, mulher!

Ouçõ mil vezes de manhã.

Você não pode aceitar essa treta, irmã.

Ninguém te cala a boca, e é sério.

Mulher não é besteira, mulher não é mistério.

Mulher nem é mulher, que eu sei que sou menina.

Para os prazeres da vida, eu sou pirralha ainda.

Mas não para lavar o chão, passar café, levar esporro.

Aí eu já sou velha, de marca no lombo.

Se me chama de gorda, maluca e indecente

Eu não sei se eu te bato, ou mudo para a casa da frente.

A família te desmonta com tanta humilhação.

É foda aguentar os esporro dos irmão.

Esse sonho mal começou e já está acabando, já acabou.

Na família, tem de monte, escrotidão sobrando.

Minha mãe, como eu queria ter uma parceira, mana.

Mas tanto preconceito antigo, machista, da lei humana.

Você precisa me aceitar, precisa me entender.

O mundo vai pisar em mim, por que precisa ser você?

Mulher vive na regra

Sangra à regra

Se jogar no chão, quebra

Se pisar, se corta

Maluco, como corta.

Mulher vive na regra

Caga na regra

Se esculacha e berra:

Quer guerra, quer guerra!

Eu tenho os meus motivos, a senhora tem os seus.

Não confunda os seus motivos com aqueles de Deus.

Pensa como é solitário ser menina periférica.

Rotina secundária, ativista e cadavérica.

Vejo a morte de perto, do estado e do convívio.

Qualquer fuga dessa regra é um puta alívio.

Tenho quebrado copos, desconstruindo corpos.

Vim cheia de ideias novas, para enterrar conceitos mortos". (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra o Sr. Brasil Laerte, da

UNESCA.

O SR. BRASIL LAERTE – Eu sou Presidente Nacional da Uniglobal Trabalho Cidades e também chanceler global de assuntos diplomáticos da Unesca, que é o Cosmos Universidade das Nações Unidas, Educação e Cultura da Cidade. Universidade que está sendo organizada hoje em mais de 95 países, mas primeiramente tenho que parabenizar o Presidente desta Comissão, Vereador Claudio Fonseca, e os demais Vereadores e Vereadoras dessa Comissão e a presença de todos e todas aqui, reunidos nessa audiência pública para discutir e lutar pelas políticas públicas de Cultura aqui na Cidade de São Paulo. Vou citar uma pesquisa, só da Inglaterra, a cultura, as artes e os esportes, na Inglaterra, geram 65 por cento do PIB da Grã-Bretanha. Isso porque os governos tem um investimento muito grande na área da cultura, esportes e artes. Aqui vamos dizer é uma Cidade cosmopolita, uma metrópole como São Paulo sem educação, cultura e esportes é uma metrópole doente. Fizemos uma pesquisa e a Cultura aqui na Cidade de São Paulo é responsável pela geração de 14,3% do PIB de São Paulo, gerando mais de 12% de empregos diretos em mais de 120 (ininteligível) do trabalho profissional na Cidade de São Paulo. Mas, aqui eu fico com uma contribuição da Cultura. Particpei de três Conferências Nacionais e mais de sessenta conferências estaduais e municipais. Investiguei a “Lei Rolê”, a corrupção, denunciei a máfia do Ministério Público Federal e defendi a extensão dessa lei, que até agora não investiu na Cultura no País. Só surgiu mesmo para encher os bolsos de políticos corruptos e empresários que vêm fazendo farra, coquetéis com essa lei, com dinheiro público.

Mas aqui vejo que o sucateamento da Cultura vai aumentar em São Paulo porque o Geraldo Alkmin, numa reunião que eu estava investigando e estava escutando, e estavam presentes vários políticos, não posso falar aqui, inclusive, o Presidente desta Casa e o Vice-Presidente. Eu tentei intervir na luta deles, vamos dizer, que é a corrupção. Aqui na Cidade de São Paulo eles vão roubar até o final do mandato de Doria cerca de 20 bilhões. São cinco bilhões de cada Orçamento e o ataque maior também vai ser na área da Cultura, que vai

chegar a uns 25, aqui fazendo a conta. Na área da Educação e de outras pastas. Então vai sucatear mesmo. É preciso um ferrão em cima do Doria, e ir para rua lutar pela Cultura. A roubança vai ser feita através da Mesa Diretora e os comparsas deles aqui do Tribunal de Contas, mas isso eu não tenho medo.

Já denunciei o Geraldo Alckmin há seis anos, quando eu denunciei o Sérgio Cabral, as autoridades ficaram omissas. Eu denunciei toda a máfia que ele montou até o final do mandato para roubar cerca de 100 bilhões dos cofres públicos da sociedade paulista. Denunciei também a máfia que ele montou para roubar merendas escolares em cerca de mais de trezentas cidades aqui do Estado de São Paulo, inclusive a roubança de remédios caros. É o mesmo esquema da merenda.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra Sra. Crea, do PIÁ.

A SRA. CREA – Sou do PIÁ e também sou da dança, sou bailarina. Tenho acompanhado a saga do fomento à dança e foi muito interessante ver essas duas histórias paralelas ocorrendo. Uma é de uma lei de fomento à dança que não foi respeitada, um edital foi cancelado. Foi feito um edital ilegal, importante, a gente frisar isso. Do outro lado, 336 artistas educadores que não foram recontratados por conta de um respeito, um pseudorespeito a um jurídico, sendo que poderia facilmente ser revertido. Então, assim, olhando essas duas histórias a gente vê que as coisas acontecem. A lei acontece quando eles querem, as coisas são respeitadas, as leis, os acordos são respeitados quando há interesse. No caso do Secretário, infelizmente, não há interesse. Vejo uma falta de jeito para lidar com as pessoas, para ouvir as pessoas e para construir confiança, construir vínculos com a sociedade que ele está representando, ou deveria representar. Então, essa representatividade está muito falha. Estou extremamente triste.

Comecei no teatro, com 16 anos, tive que pagar metade do meu salário para começar a fazer teatro numa época que não existiam políticas públicas para os jovens, infância. Hoje o tempo é diferente. Eu vi surgir o Vocacional, que vem de uma demanda muito legítima de toda a classe artística e vi que essas políticas públicas, eu acompanhei EMIA nos CEUs, que também foi uma iniciativa maravilhosa, que por conta de um governo, foi destruída e a retomada do PIÁ. Estamos falando de 15 anos de políticas que viraram rizomas na Cidade. Se enraizaram, criaram essas sementes, que hoje são grupos, são pessoas, muitas que estão aqui presentes que fazem parte, são resultado dessas políticas públicas. A gente está acostumada a falar sim, a colocar opinião, a participar. Não dá mais para se chegar com uma política pública da década de 80. Não estamos mais na década de 80, 90, estamos no século XXI. O que vejo hoje é um retrocesso absurdo.

O que é um Secretário, uma assessoria que para falar com você não consegue falar diretamente, fala através de uma Guarda Civil Metropolitana. É muito sério o que está acontecendo. É um descaso por parte dessas pessoas que estão neste governo. A gente vê que tem alguma coisa errada, tem um desacordo. Está deslocada. Não sei o que estão fazendo. Ou tem que aprender com a população, com a gente, aprender a falar.

Foi falado de uma maneira muito bonita sobre o tempo, que tempo é esse para criar esses vínculos, para criar essa confiança. Quando a gente fala de um tempo, realmente, ele sempre usa o quantitativo, aquilo que é mensurado, mas o que nós estamos falando é daquilo que não é mensurável. Falamos de um tempo dilatado, sensível, um tempo expandido, um tempo de afeto, um tempo que permite intimidade, confiança suficiente para um vocacionado, para uma criança chegar e se abrir com você e você enquanto artista educador, enquanto educador, você ajudar essa pessoa a se transformar isso em arte, porque arte é isso. A gente lida com as nossas coisas, a gente lida com a nossa intimidade. Não se faz isso em quatro, ou três meses, que é isso que eles querem. Então, alô-alô, Secretário. Espero que você entenda isso porque essa escuta está muito falha, muito falsa. Tenho esperança como educadora que

as coisas se reconstruam, mas vai demorar um bom tempo porque com as falas que nós tivemos aqui, dá para ter a dimensão da profundidade do que foi destruído. São rizomas. Isso é muito sério e grave. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Tem a palavra a mãe de um aluno do PIÁ.

A SRA DIAMBAS FRANZEN – Sou mãe de um aluno do Piá, mas sou também professora no CEU Butantã. Sou analista de esporte e trabalho lá desde 2013. Eu passei nesse concurso, naquela época, eu nem tinha o João ainda, só a Mariana, que era assídua frequentadora das piscinas, das aulas de esportes, das aulas de artes que tinham lá e presenciamos o desmonte nas gestões Serra/Kassab que foram oito anos sofríveis. Para o esporte nem tanto, apesar de a gente ter alguns problemas lá, mas principalmente para a Cultura e quando vem o governo finalmente, que estava interessado em fazer essa retomada, a gente vê a diferença de novo, da volta do PIÁ, as salas de artes sendo ocupadas novamente, os estúdios. Isso tudo dentro dos CEUs, que agora não vamos ter mais porque o desmonte é um projeto de governo, a gente sabe disso. E eu queria dizer para vocês que o João quer o PIÁ de volta e ele está representando todas as crianças da Cidade aqui comigo. Tanto ele, como as outras crianças querem o PIÁ de volta. Né, João? Você, quer o PIÁ de volta?

JOÃO – Quero.

A SRA. DIAMBAS FRANZEN – Espero que o Prefeito, que tem esse projeto maligno em relação à Cultura... Quero dizer que dou aula também de balé, no CEU, porque a gente ficou tanto tempo sem ter essa apropriação, então, eu, enquanto professora de Educação Física, vou dar a aula que não está tendo mais. Agora, há um ano, faço aulas de

teatro na Casa do Teatro Documentário, junto com o professor Marcelo Soler. Agora, eu dou aulas de jogos teatrais no CEU por conta de estar tendo esse desmonte. Não vai suprir a falta que faz, mas é uma forma de resistir também. Espero que a gente consiga reverter isso que está acontecendo. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Os Vereadores querem se pronunciar?

(Pausa) Alguém quer se inscrever? (Pausa) Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa tarde. Tudo bem? Essa chavinha boa na Cidade de São Paulo, e nós aqui, nessa acolhida. Quero dizer do quanto é importante o trabalho que vocês desenvolvem para a Cidade, mais importante ainda para a formação da ideologia dessas pessoas que vocês atendem, mostrando que é possível fazer um mundo diferente, é possível fazer outra realidade que não aquela que muitas vezes é colocada pelo sistema capitalista para esses jovens, de que eles não têm direito a nada a não ser viver na periferia e conviver ou com o tráfico ou com a polícia.

Tenho vergonha desse governo que está aqui e da forma como eles estão quebrando a Cultura. E não só por conta de orçamento, mas pelo pensamento, pela ideologia do Prefeito João Doria e pela concepção dos seus Secretários. Tenho dito há muito tempo que a questão da Cultura não é mais com o Secretário de Cultura, Sturm; acho que vocês têm que virar a chave. O negócio é político e de frente com João Doria. Vocês têm a capacidade de fazer fatos políticos de modo a conseguir, de modo impressionante, virar esse jogo, inclusive mostrando para fora a cara real de João Doria. Hoje ele faz o marketing de bom gestor, mas privado, não público. Ele passa a imagem de que está administrando, está fazendo cortes etc., mas esses cortes são feitos nas áreas ligadas à assistência, ao social: Cultura, Educação, Assistência Social.

– Manifestações fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Também na questão do transporte. Por mais que ele diga que reduziu gastos em transportes, ele promoveu o aumento do bilhete único mensal, que é usado pelo povo.

A última oradora comentou que estão fazendo coisas erradas, mas não: trata-se de uma concepção de governo. A Secretária ou a Coordenadora de Cultura ir com o GCM é uma postura política, não para que ele se protegesse. É uma postura política. Eu não vivi isso, só li, mas em 64 e após, durante a ditadura, houve todo esse endurecimento, e é isso o que eles querem.

A reflexão que estamos fazendo hoje é mais profunda. Vocês aqui e outros companheiros da cultura que tenho acompanhado são, em minha opinião, os que vão conseguir de fato fazer a virada de pensamento político contra João Doria, com fatos políticos. O cara da Cultura já era: ele está lá cumprindo ordens, ele não vai mexer no orçamento. No orçamento, quem mexe é o Prefeito, é o Secretário de Governo junto com o Vice-Prefeito Bruno Covas.

Por fim, a partir desse entendimento, temos que tirar ações políticas. Em relação ao que vai ser mandado para o Secretário – pelo Caio, da assessoria –, dentro das Notas Taquigráficas, eu não quero que mande essa minha fala por último. Mas nós temos que montar estratégias políticas no sentido de que precisamos fazer o contraponto. E não é político partidário somente, temos de deixar claro: é político no sentido do atendimento que vocês fazem na ponta, que é o que hoje faz a transformação da sociedade, sim. É um pensamento ideológico, sim. Para que vou ter pessoas que são formadoras de opinião na periferia? Para que vou trabalhar com a menina lá do fundão do CEU Rosa da China, em Sapopemba – local onde nasci e fui criada –, onde a toda hora passa a polícia, que cada vez mais bate – e principalmente nas mulheres negras. Lá na periferia do Jardim Elba, naquele conjunto, vocês

devem saber que essa população de mulheres negras é a que mais sofre violência sexual, inclusive por parte da polícia. Então, para que vou fazer formadores de opinião? Não tem condição, temos que parar com os formadores de opinião. E se começa por onde? Pelo PIÁ, pelo Vocacional, pela Cultura, onde 46% dos recursos foram cortados, afetando os projetos que fazem a transformação social. A EMIA é uma escola fantástica, que cria, que faz principalmente esse vínculo da Cultura com a transformação da sociedade. O que a oradora diz é verdade: de lá saíram vários pensadores.

Posso estar incomodando alguns com minha fala, mas estou falando de coração. Tenho dito isso em vários locais aonde tenho sido chamada a falar. Temos que virar o jogo, e agora, porque o orçamento está aí. Há recursos e já mostramos isso em diversas ocasiões. João Doria recebeu um caixa com 5,4 bilhões. Tirando as obrigações, ele ficou com 3,3 bilhões de novas despesas. Fora a vinculação, onde houve crescimento – e não vieram recursos do Governo Federal e do Governo estadual para o Município –, é daí que tem de ser tirado, não das áreas sociais, que são as principais.

Agradeço a todos e me desculpo por não conseguir ter chegado no início desta reunião. Penso que esta audiência pública fica prejudicada, mas o Secretário já sabe de tudo isso. Já está dito. Repito: não é mais com o Secretário; acho que temos que virar o jogo e resolver também na política essa forma como está sendo tratada a Cultura e outros projetos sociais – vai começar inclusive a Assistência Social e a Educação. Vim de São Miguel, e lá já há notícia de que estão querendo fazer cortes dentro dos serviços; teria que ver como faz, o aluguel teria que ser menor. Provavelmente os proprietários dos aluguéis não vão baixar os seus valores, e adivinhem onde haverá corte? Da quantidade de pessoas a ser atendidas. Essa é a concepção desse governo. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Vereadora Samia Bomfim.

A SRA. SAMIA BOMFIM – Boa tarde. Serei breve. Em primeiro lugar, agradeço a presença de todas e de todos. É muito importante que todos se coloquem. Infelizmente, o Secretário Sturm novamente não participou de uma atividade em que a gente queria ouvi-lo em respostas pontuais, contundentes e imediatas. Ele sabe exatamente há um bom tempo quais são as reivindicações e solicitações do movimento, e sempre dá respostas bastante evasivas. Coloca-se como aliado do movimento e lutador, mas a verdade é que até então nunca fez nada nesse sentido.

Eu fazia uma reflexão antes de vir para cá, sobre outros temas desta gestão. É impressionante a velocidade com que João Doria e seus Secretários avançam no desmonte de coisas tão essenciais, estruturais, muitas vezes invisíveis aos olhos daqueles que permanecem nos espaços institucionais e nos espaços de poder, justamente porque elas impactam na vida das pessoas que mais precisam e que são as mais excluídas por essa lógica desigual e opressora da Cidade. O caso do PIÁ e do Vocacional é grande prova disso, do quanto isso muda efetivamente vidas. E estamos dialogando principalmente com os profissionais; mas, se formos pensar na vida dessas crianças, dos jovens que passaram pelo processo, é imensurável a diferença que isso faz na construção social, na reflexão, na posição ideológica.

Eu conversava rapidamente com a Anne enquanto ouvíamos as falas, e não é à toa que uma das áreas mais impactadas é a da Cultura ou mesmo a da Educação; isso significa que são áreas explosivas, com potencial de formar cidadãos diferentes. Eu ouvia seu depoimento e, inclusive, se houver tempo, eu gostaria de conversar contigo para conhecer um pouco melhor o projeto. Eu debato bastante o tema gênero e noto o quanto era invisível aos olhos e o quanto há de potência explosiva você criar meninas, formar meninas com essa consciência sobre seu papel como mulheres e feministas, enfim, sobre o papel de gênero. Essa é uma discussão muito profunda, e é lamentável que estejamos passando por isso.

Queria fazer uma menção ao promotor Eduardo Dias de Souza Ferreira, que aceitou nossas denúncias – do mandato do Toninho e do meu e da Juliana Cardoso, Depois

vamos socializar com os demais Vereadores para fazer uma investigação acerca do impacto que isso vai ter na vida das crianças, essa não continuidade do projeto. É claro que acreditamos na nossa própria força, na nossa própria luta; mas, queiramos ou não, é um instrumento a mais de desgaste para o Secretário, para os desmontes que ele vem fazendo, e um instrumento a mais de força porque vai existir de fato uma investigação justamente onde mais importa: no impacto que isso vai ter na vida das crianças que estão sendo prejudicadas.

De resto, o recado que este momento político vem nos dando é que o cenário não é nada fácil, é de retrocessos, de ataques muito profundos; porém, é de capacidade de luta e de unidade de mobilização, como não se vê há muitas décadas no País, como o que houve no último dia 28 de abril, com a greve geral, da qual todo mundo falou, mesmo aquelas pessoas mais improváveis – nos grupos de família, de bairro, de trabalho. Isso mostra que na verdade eles morrem de medo da nossa possibilidade de atuação e articulação. E, no limite, é em defesa disso que a gente está neste espaço e em todos os outros. Por isso, contem conosco para o que for necessário, principalmente se for para somar nas lutas e nas batalhas para conseguir ter um pouco de justiça e igualdade de direitos. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Só um segundinho. Eu queria ajudar um pouco nessa questão do Ministério Público. É interessante que o Dr. Eduardo Dias acata. E o que ele coloca aqui é muito do que pensamos: que a ação da Secretaria Municipal de Cultura poderá acarretar prejuízo no aproveitamento das crianças e dos adolescentes que frequentam os serviços. Então, ele tem o entendimento de que há necessidade.

Então, além de mandar as notas taquigráficas para a Prefeitura, é necessário que elas também vão para o Ministério Público para adesão ao processo, para poder juntar. Porque são importantes os relatos que estão acontecendo aqui. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – O que é de estranhar um pouco em todo esse processo é a questão de como isso não é discutido com a sociedade. Estamos em um momento político em que o valor da democracia é essencial. Inclusive o Vereador Claudio Fonseca, por conta de um debate que houve lá embaixo, fez uma das falas que eu mais gostei – que achei esplêndida – neste ano em que estamos, nesta legislatura.

Ele disse o quanto foi difícil e demorou neste País para chegarmos a discutir isso abertamente e as pessoas expressarem suas posições. Então, eu acho que, no mínimo, o Governo tem que vir conversar, escutar as posições e refletir sobre elas. Também não adianta somente escutar e depois ficar do mesmo jeito.

Fui Relator do Plano Municipal de Educação na legislatura passada e, na construção do Plano Municipal de Educação, marcamos quatro reuniões com o Secretário, que, no dia, desmarcava. Às vezes, então, é difícil o diálogo, que, na democracia, é um exercício que as pessoas precisam querer fazer. Dialogar não é só escutar, é estar aberto a outras possibilidades, até mesmo por conta de estarmos vivendo um momento de muito ódio na sociedade. Recentemente ocorreu o caso com o Hasan e os garotos: só ódio, ódio, ódio.

O valor da democracia é algo do qual não podemos abrir mão e temos que cobrar isso de quem quer que seja: da Câmara Municipal, do Executivo, do Judiciário ou da sociedade civil. Acho que isso tem que ser cobrado.

Algumas falas aqui foram emocionantes. Também nasci na região do Parque São Lucas e inclusive conheço a Juliana a muito tempo lá de Sapopemba. Apesar das várias questões que foram abordadas aqui, vemos principalmente que valores como arte e esporte salvam vidas na nossa região. A grande maioria dos meus amigos de infância morreu e, não por coincidência, a maioria também era negra. Talvez eu tenha me salvado porque sou branco; se não fosse, talvez também não estivesse hoje aqui na Câmara Municipal. Com a luta social, talvez também só tenha conseguido me tornar Vereador e dialogar pelo fato de ser branco. Já

os lutadores negros da nossa região não tiveram a mesma oportunidade, já que são invisíveis aos olhos da sociedade.

Falo tudo isso porque estive hoje cedo no encontro com o Mujica e percebemos o quanto, infelizmente, estamos retrocedendo na nossa caminhada civilizatória. Isso não é só no Brasil, é no mundo inteiro. Sou matemático, mas, no meu ponto de vista, a arte tem esse poder de nos tornar mais humanos. O que a Telma falou, de criar vínculos, acho importantíssimo. Então, só tenho a lamentar.

Essa não é uma luta partidária, de quem é de direita ou de esquerda, é uma luta de quem quer o bem desta Cidade e das pessoas que moram nela. Acho que vários Vereadores ainda não têm a dimensão do que está acontecendo nesses programas.

Não consultei todos os Vereadores, mas tenho certeza de que pode haver um compromisso. O que temos que fazer é conversar com vários deles e tentar sensibilizá-los. Talvez fosse bom que o movimento se comprometesse em fazer uma carta de apoio aos Vereadores, que seria remetida ao Secretário e ao Prefeito.

Para terminar, reafirmo que as Notas Taquigráficas serão endereçadas não somente ao Sr. Secretário, mas também ao Prefeito Doria e ao Eduardo Dias, do Ministério Público. Tenho certeza de que elas serão mais um elemento a ser lido no processo.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Porque a data só foi definida na quarta-feira e tem um procedimento.

– Manifestações fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA – A data!

Foi aprovada a audiência pública na oportunidade, por requerimento da Vereadora Isa Penna. Na sequência, ficamos de marcar a data, que demorou para ser definida. Assim que foi definida, foi despachado o convite. Mas acho que esse não é o objeto principal.

– Manifestações fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Além dos meios de divulgação e comunicação, o Secretário já tinha estado aqui na Comissão de Educação, logo na segunda reunião da Comissão de Educação que realizamos, já tinha havido clara manifestação dos presentes de que queríamos realizar uma audiência pública, até porque foi super-rápida sua passagem, cumprindo um propósito assim que instalamos a Comissão de Educação neste ano. Definimos que ouviríamos os três Secretários, o de Educação, o de Cultura e o de Esportes. E assim foi feito. Com o tempo bastante exíguo, ele já saiu coma informação que nós realizaríamos a audiência pública.

A vontade política e a urgência de fazer talvez justificassem até o convite horas antes. Mas essa não é a questão central.

Como foi dito aqui, pode haver resistência exatamente...

– Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Eu não sei se isso resolve. Não veio; isso que importa. Não veio, e isso foi registrado por todos aqui. Não veio. Foi convidado, convocado dia 28. Então, foi registrado aqui que queremos não só mandar as Notas Taquigráficas, mas também a Comissão de Educação se pronunciará, discutirá uma nova data, atendendo à solicitação, e uma nova convocação.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Alguns já estavam sabendo dessa data. Só para explicar, o espaço aqui na Casa é difícil, porque são muitos mandatos; há oito ou nove salas para 55 gabinetes. Então, já tínhamos avisado que haveria uma audiência e reservamos o dia 5. Na quarta-feira, já aprovado, conseguimos confirmar que seria no dia 5 a reserva do nosso gabinete para a Comissão de Educação. Por isso que alguns já sabiam que a audiência aconteceria no dia 5, já que estava meio que pré-agendada, mas ainda não tinha sido confirmada a data na Comissão. Só para esclarecer.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Na quarta-feira que vem, novamente vamos apresentar o requerimento na Comissão de Educação e já ver um espaço aqui na Casa e propor para o Secretário que seja esse dia, porque agora também depende um pouco dos espaços – geralmente aqui conseguimos espaços só depois de uns quinze dias, pois há também várias atividades de outros mandatos. A não ser que consigamos conversar com algum Vereador que já conseguiu reservar um espaço. Mas vamos resolver isso o mais rapidamente possível para conseguirmos conversar com o Secretário; até porque S.Exa. já se comprometeu que virá aqui.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Tem que ver a data em que S.Exa. pode, para então marcarmos; e não o contrário, para ele não dizer que, naquela data marcada, não pode.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Antes da quarta-feira, esta Comissão já verá as datas possíveis para fazermos a reunião aqui na Casa.

Não tendo mais nada a falar, encerramos aqui esta audiência pública aqui, e assim que remarcaros a próxima, divulgaremos nas redes sociais.

Muito obrigado. (Palmas)
